

História da Educação

SUJEITOS NA/DA HISTÓRIA

MÔNICA YUMI JINZENJI
RITA CRISTINA LIMA LAGES
orgs.

V
O
L
I



BRAZIL PUBLISHING



BRAZIL PUBLISHING

Conselho Editorial Internacional

Presidente: Prof. Dr. Rodrigo Horochovski	(UFPR – Brasil)
Prof ^a . Dra. Anita Leocadia Prestes	(ILCP – Brasil)
Prof ^a . Dra. Claudia Maria Elisa Romero Vivas	(UN – Colômbia)
Prof ^a . Dra. Fabiana Queiroz	(Ufla – Brasil)
Prof ^a . Dra. Hsin-Ying Li	(NTU – China)
Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet	(PUC/RS – Brasil)
Prof. Dr. José Antonio González Lavaut	(UH – Cuba)
Prof. Dr. José Eduardo Souza de Miranda	(UniMB – Brasil)
Prof ^a . Dra. Marília Murata	(UFPR – Brasil)
Prof. Dr. Milton Luiz Horn Vieira	(Ufsc – Brasil)
Prof. Dr. Ruben Sílvio Varela Santos Martins	(UÉ – Portugal)



Comitê Científico da área Ciências Humanas

Presidente: Prof. Dr. Fabrício R. L. Tomio	(UFPR – Sociologia)
Prof. Dr. Nilo Ribeiro Júnior	(Faje – Filosofia)
Prof. Dr. Renee Volpato Viaro	(PUC/PR – Psicologia)
Prof. Dr. Daniel Delgado Queissada	(Ages – Serviço Social)
Prof. Dr. Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	(Ufba – Sociologia)
Prof ^a . Dra. Marlene Tamanini	(UFPR – Sociologia)
Prof ^a . Dra. Luciana Ferreira	(UFPR – Geografia)
Prof ^a . Dra. Mar Lucy Alves Paraíso	(UFMG – Educação)
Prof. Dr. Cezar Honorato	(UFF – História)
Prof. Dr. Clóvis Ecco	(PUC/GO – Ciências da Religião)
Prof. Dr. Fauston Negreiros	(UFPI – Psicologia)
Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies	(UCPel – Sociologia)
Prof. Dr. Mario Jorge da Motta Bastos	(UFF – História)
Prof. Dr. Israel Kujawa	(Imed – Psicologia)
Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva	(UFF – História)
Prof ^a . Dra. Maristela Walker	(UTFPR – Educação)
Prof ^a . Dra. Maria Paula Prates Machado	(Ufcspa – Antropologia Social)
Prof. Dr. Francisco José Figueiredo Coelho	(UFRJ – Ensino de Biociências e Saúde)
Prof ^a . Dra. Maria de Lourdes Silva	(UERJ – História)
Prof ^a . Dra. Ivonete Barreto de Amorim	(Uneb – Educação, Formação de Professor e Família)
Prof. Dr. César Costa Vitorino	(Uneb – Educação/Linguística)
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação	(Uneb – Educação, Religião, Matemática e Tecnologia)
Prof. Dr. Everton Nery Carneiro	(Uneb – Filosofia, Teologia e Educação)
Prof ^a . Dra. Elisângela Maura Catarino	(Unifimes – Educação/Religião)
Prof ^a . Dra. Sandra Célia Coelho G. da Silva	(Uneb – Sociologia, Gênero, Religião, Saúde, Família e Internacionalização)

Mônica Yumi Jinzenji
Rita Cristina Lima Lages
(Organizadoras)

História da Educação: sujeitos na/da história

Volume 1



BRAZIL PUBLISHING



© **Brazil Publishing Autores e Editores Associados**
Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei - Curitiba, PR - 80050-270
+55 (41) 3022-6005



Associação Brasileira de Editores Científicos
Rua Azaleia, 399 - Edifício 3 Office, 7º Andar, Sala 75
Botucatu, SP - 18603-550
+55 (14) 3815-5095



Associação Brasileira de Normas Técnicas
Av. Treze de Maio, 13, 28ª andar
Centro - RJ - 20031-901
+55 (21) 3974.2324



Câmara Brasileira do Livro
Rua Cristiano Viana, 91
Pinheiros - SP - 05411-000
+ 55 (11) 3069-1300

Comitê Editorial

Editora-Chefe: Sandra Heck
Editor-Superintendente: Valdemir Paiva
Editora Científica: Kelly Miranda
Editor-Coordenador: Everson Ciriaco
Diagramação e Projeto Gráfico: Rafael Chiarelli
Arte da Capa: Paula Zettel
Revisão Editorial: Thais Valentim
Revisão de Texto: Glória Barão

DOI: 10.31012/978-65-5861-428-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

H673 História da educação: sujeitos na/da história [recurso eletrônico]
/ organização de Mônica Yumi Jinzenji, Rita Cristina Lima Lages
– 1.ed. - Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

ISBN 978-65-5861-428-9

1. Educação – História. I. Jinzenji, Mônica Yumi (org.).
II. Lages, Rita Cristina Lima (org.).

CDD 370.9 (22.ed)
CDU 37.01



[1ª edição – Ano 2021]
www.aeditora.com.br

CAPÍTULO 13

Jornais escolares: prática educativa na Era Vargas¹

Eliezer Raimundo de Sousa Costa

Introdução

O ano de 1930 constitui um marco para a história do Brasil, quando, no mês de outubro, foi inaugurado um novo ordenamento político cuja proposta seria a modernização do país. Na economia, ao modelo agroexportar foi acrescido o incentivo à industrialização do país. A política, até então baseada no favoritismo e no clientelismo, foi marcada pela construção de outro modelo que permitia uma participação ampliada e democrática, com a extensão do direito de voto às mulheres, a instituição do voto secreto e da justiça eleitoral. Foi a partir de 1930 que se fortaleceu a regulamentação do mundo do trabalho, garantindo algum nível de previsibilidade nas relações entre patrão e empregado.

¹ Texto baseado em tese defendida em 2016, intitulada “Os grêmios escolares e os jornais estudantis: práticas educativas (1930-1945)”, sob orientação da professora Maria Cristina Soares de Gouvêa. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B8QJN8>. Acesso em: 25 fev. 2021.

No conjunto de medidas modernizantes, a educação também foi contemplada. O recém-criado Ministério de Educação e Saúde Pública assumiu para si, entre outras coisas, a regulamentação do Ensino Secundário. Ele deveria formar os futuros dirigentes da nação, como afirmava Gustavo Capanema, e também ser responsável pela formação de trabalhadores que sustentariam os projetos modernizadores.

Os projetos para essa escola modernizadora e ativa se inspiravam em ideias que já circulavam em outros lugares do mundo, sobretudo na Europa, nos EUA e no Brasil, desde 1922. Sob a denominação de Movimento Escola Nova, educadores propunham uma educação voltada para a prática, permitindo ao estudante aprender de forma significativa. O jornal escolar, objeto desse texto, é entendido como uma das práticas educativas, posto que era realizado pelos e para os estudantes.

Modernização e reformas na educação brasileira

De acordo com Carlos Monarcha (2009), já no final da década de 1920, Lourenço Filho propagandeava o Movimento Escola Nova, ancorado em duas experiências bem-sucedidas no período: as reformas da educação do estado de Minas Gerais e do Distrito Federal. O que singularizava essas reformas era a transferência do foco da aprendizagem do conteúdo para o aprendiz.² Os reformadores orientavam os seus trabalhos a partir de novas ideias e práticas que educadores europeus e estadunidenses vinham desenvolvendo.

As reformas da educação de Minas Gerais e do Distrito Federal aconteceram em 1927, simultaneamente às comemorações do Centenário do Ensino Primário. Francisco Campos, em Minas Gerais, afirmava a intencionalidade da promulgação do decreto n. 7.970, instituidor da reforma, na mesma data do centenário, 15 de outubro. A imprensa carioca alegava

2 Os intelectuais, renovadores da educação, passavam a ser convidados em diferentes estados para promover reformas. Carneiro Leão, antecessor de Fernando de Azevedo na Direção de Instrução Pública do Distrito Federal, foi convidado em 1928 para implantar a Educação Nova em Pernambuco. Ver: Araújo (2009).

coincidência de datas para a apresentação do anteprojeto de reforma da educação do Distrito Federal por Fernando de Azevedo, em 22 de outubro, uma semana após o decreto mineiro (VIDAL; FARIA FILHO, 2005). Ambas surgiram em um cenário caótico para a educação brasileira, em que os índices de analfabetismo oscilavam em torno de 70 a 80% da população. Os mineiros foram mais indulgentes com o passado do que os reformadores do Rio de Janeiro. Para eles, os males estavam localizados nas escolas régias dos tempos da colônia e "se o Império católico brasileiro não fez mais pela educação, não foi por falta de vontade, mas pelas dificuldades inerentes ao próprio meio" (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 39). Para Fernando de Azevedo, a reforma do Distrito Federal "inaugurava o novo, rompendo com o passado imperial" (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 38).

A Reforma Mineira fazia parte do programa proposto pelo governador Antônio Carlos de Andrada. Para o governador, uma das causas da crise dos anos 1920 era a "incapacidade das oligarquias abrirem 'brechas' em seu sistema de dominação aos setores emergentes da sociedade brasileira" (PEIXOTO, 2003a, p. 27). Ao propor a reforma administrativa do Estado, a introdução da justiça eleitoral, o voto feminino, a criação da Universidade de Minas Gerais, a reforma dos Ensinos Primário e Normal, além da reaproximação com a Igreja, Andrada se anteciparia às demandas desses novos setores. Como ele dizia: "Façamos a revolução, antes que o povo a faça" (PEIXOTO, 2003a, p. 28).

Para Ana Maria Casasanta Peixoto, a Escola de Aperfeiçoamento, criada em 1928 para complementar a formação de professores da escola normal, como parte da reforma Campos/Casasanta, indicava o novo tratamento que a educação mineira passava a receber.³ O processo de ensino era orientado do ponto de vista experimental. Campos, como os outros reformistas contemporâneos, considerava que a interferência do Estado era indispensável para a organização e implantação dessas reformas.

3 A Escola de Aperfeiçoamento foi implantada para oferecer formação pós-normal. "Sua implantação resulta de uma necessidade concreta, a carência de pessoas habilitadas, em condições de levar à frente as ideias e colocar em prática as medidas estabelecidas pelos regulamentos e programas de ensino". Ver: Peixoto (2003b, p. 94).

Segundo Sônia Câmara (2013), sobre a reforma carioca, Fernando de Azevedo defendeu a sua reforma no Distrito Federal pela dicotomização entre Escola Tradicional e Escola Nova quando essa, rompendo com o atraso da outra, cimentaria a estrada do progresso brasileiro. A Escola Nova, âncora de sua reforma, assentava-se sobre bases científicas como meio de superação do atraso e do tradicionalismo. Essa escola deveria ser organizada e mantida pelo estado, sendo obrigatória, gratuita, laica e mista. Caberia ao Estado a responsabilidade de combater o analfabetismo. O projeto educacional de Azevedo refletia as aspirações dos renovadores membros da Associação Brasileira de Educação (ABE) que buscavam transformar o presente, a fim de promover a "elaboração de um futuro repleto de glórias e progresso" (CÂMARA, 2013, p. 67). Para ele, sua reforma resultava de um processo maior que havia tido início no país em 1922, com desfecho em 1930. Os reformadores da educação das décadas de 1920 e 1930, assim como Azevedo, tinham a crença de que poderiam promover uma verdadeira revolução no sistema educacional.

Sob a influência de John Dewey, a reforma Azevedo trazia a experiência como base do ensino. "O aluno deveria participar ativamente do processo de investigação e, assim, aprenderia fazendo. [...] em nome da Escola Nova, rejeitava o modelo escolar assente na educação abstrata, artificial e verbal, fazendo um apelo à participação alegre e efetiva da criança" (CÂMARA, 2013, p. 79). Isso implicava na reformulação das práticas pedagógicas, tanto no Ensino Primário quanto no profissional, que deveriam se completar, pois a educação com vistas ao progresso era a voltada para o trabalho, urbano e industrial. A educação deveria desenvolver novos hábitos que contribuíssem para que o país alcançasse a civilização. Sobre a educação profissional, Azevedo deu atenção especial à formação de professores, incorporada e aperfeiçoada por seu sucessor na Diretoria de Instrução Pública do DF, Anísio Teixeira.

A obra centralizadora, comandada por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930, contou com o apoio de vários assessores, notadamente de seus Ministros de Educação Francisco Campos e Gustavo Capanema. Campos, primeiro a ocupar o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, foi convocado pelo sucesso da experiência de Minas Gerais,

atuando de 1930 a 1932. Em 1934, Capanema, que havia sido seu auxiliar em Minas Gerais, assumiu o ministério até o final da primeira fase do governo Vargas em 1945.

Campos foi quem deu organicidade ao Ensino Secundário brasileiro por meio do decreto-lei n. 19.890 de 18 de abril de 1931 que, juntamente a outras deliberações, recebeu a denominação de Reforma Francisco Campos.⁴ O Ensino Secundário era entendido como a fase situada entre a formação primária e o Ensino Superior, além de ser, grosso modo, às elites (DALLABRIDA, 2009). Na Reforma "Francisco Campos", o Ensino Secundário foi distribuído em 7 anos: os cinco primeiros dedicados à formação geral, de caráter enciclopédico; e os dois últimos, propedêuticos. Essa "longa" duração se contrapunha à demanda por cursos de menor duração, de natureza técnico profissional. Por isso, concluía-se que somente a elite "podia dar-se ao luxo de levar cinco anos formando sólida cultura geral" (NUNES, 1962 apud DALLABRIDA, 2009, p. 187). A Reforma determinava a frequência obrigatória de no mínimo três quartos das aulas para que o aluno pudesse prestar os exames do curso. O Secundário era organizado pela seriação, determinando a distribuição de conteúdos condizentes com a idade do aprendiz e com a evolução do grau de dificuldade.

Francisco Campos queria padronizar o ensino em todo o território nacional. Para tanto, a Reforma trazia um criterioso sistema de definição curricular, acompanhado de outro de fiscalização e equiparação, mantendo o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro como o padrão. A partir do sistema de fiscalização, o governo favorecia a abertura de Cursos Secundários pelo país, deixando de ser "um luxo aristocrático", tornando-os acessíveis

4 "O que se convencionou na historiografia da educação como reforma Campos compreendeu [...] uma série de decretos incidindo sobre vários aspectos da Educação. Decreto n. 19.850 (11/4/1931) – cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851 (11/4/1931) – dispõe sobre a organização do ensino superior e adota o regime universitário; Decreto n. 18.852 (11/4/1931) – organiza a Universidade do Rio de Janeiro; Decreto 19.890 (18/4/1931) – dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto n. 20.158 (30/6/1931) organiza o ensino comercial e regulamenta a profissão de contador; Decreto 19.941 (30/4/1931) – institui o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas brasileiras; e Decreto n. 21.241 (14/4/1932) – consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário" (SOUZA, 2008, p. 147).

aos setores de classes médias. De acordo com Rosa Fátima de Souza, "em 1933, havia 66.000 alunos matriculados no ensino secundário no Brasil. Cerca de duas décadas depois, em 1952, esse número elevou-se para 466.000 alunos e, em 1961, atingia a cifra de 991.000 estudantes" (SOUZA, 2008, p. 145).

O ministro da Educação e Saúde Pública, na exposição de motivos da reforma apresentada ao presidente Getúlio Vargas, em 1931, mostrou o que pretendia com o novo Ensino Secundário. Argumentava que os cursos oferecidos pela "indústria usual do ensino", em busca de clientes, tratavam apenas de inflá-los com noções e conceitos prontos e acabados. Por isso, defendia a criação de um novo curso mais centrado nos processos do que nos resultados, estimulando o trabalho autônomo e criativo dos estudantes, a partir da proposição de problemas que lhe permitissem, por esforços próprios, chegar a soluções (CAMPOS, 1983, p. 37).

O movimento Escola Nova propunha uma educação fundada mais na prática do que no intelectualismo e oferecida principalmente por uma escola laica e pública. Para os pioneiros da educação nova, a instituição escolar é que deveria promover o livre debate de ideias, difundir novos valores e formar homens capazes de dar continuidade àquela modernização iniciada no país ainda nos anos 1920. Para os pioneiros, a Escola Nova enxergava esse homem como criador e a ciência como fruto do seu esforço criativo e racional, produtora da verdade e, sobretudo, do futuro.

Contra essa proposta, marcadamente cientificista, posicionou-se a Igreja Católica. Para essa instituição, a educação escolar deveria oferecer o verniz intelectual, assentado sobre a cultura clássica, foco de seu processo formativo. Nesse caminho se formaria uma elite culta, conhecedora dos grandes pilares da sociedade moderna ocidental. Suas posições eram defendidas por meio da revista *A Ordem*,⁵ editada pelo Centro Dom Vital.⁶

5 A revista *A Ordem* foi uma publicação católica, surgida em 1921, por iniciativa de Dom Sebastião Leme, Jackson de Figueiredo e outros intelectuais católicos. Ela e o Centro Dom Vital deveriam ser suporte para os projetos de reconquista dos espaços que a Igreja havia perdido com a vitória do movimento republicano de 1889.

6 Associação civil fundada no Rio de Janeiro em 1922 por Jackson de Figueiredo, com o apoio do arcebispo D. Sebastião Leme, com o objetivo de restaurar no país os laços partidos entre a intelectualidade e o espírito.

À frente dessa revista, entre 1928 e 1934, esteve Alceu do Amoroso Lima (Tristão de Athayde). Para ele, o Manifesto de 1932, expressão dos defensores da Escola Nova, revelava

[...] ser "anticristão" por negar a supremacia da finalidade espiritual; "antinacional", pois desprezava a tradição religiosa do povo brasileiro; "antiliberal" porque baseado no que [...] chamou de "absolutismo pedagógico do Estado" e na negação da liberdade de ensino. [...] era "anti-humano", pois desconhecia a natureza superior do homem, subordinando-o a uma finalidade apenas material e biológica. Por fim, [...] era "anticatólico", pois pretendia impedir a Igreja de exercer qualquer intervenção pública na educação dos crentes (XAVIER, 2004, p. 30).

Os católicos acreditavam que a Reforma Campos, seguindo a Escola Nova, serviria ao cientificismo, à laicização da cultura, à decadência da fé e dos bons costumes, afastando o jovem da fé e da igreja.

Essas críticas eram feitas na condição de um setor que esteve ao lado da Aliança Liberal (1930), quando a Reforma Educacional mineira de 1927 havia introduzido o Ensino Religioso nas escolas oficiais do estado, ausente até então porque a Constituição de 1891 estabelecia a laicidade da educação pública brasileira. A ABE apoiou as pretensões dos católicos quando, em 1927, aprovou, por 117 votos contra 86, uma moção propondo que o ensino moral em todos os institutos de educação tivesse a ideia religiosa por base (HORTA, 2012, p. 84). A Igreja Católica acreditava que suas pretensões fossem atendidas pelo Estado pós-revolucionário, já que o Ministro Campos afirmava que a doutrina católica não era apenas da Igreja, mas também de Estado, já que era uma doutrina de hierarquia e de autoridade (HORTA, 2012, p. 89-90).

A aliança vitoriosa, em outubro de 1930, colocou do mesmo lado grupos antagônicos no campo educacional: os católicos, aspirando regressar às estruturas de poder e aos processos educacionais; e os "liberais" que, heterogêneos quanto aos processos educativos, eram acordes com a necessidade de se reformar os sistemas educativos do país, tendo por base uma escola laica e pública. A ascensão dos liberais levou a Igreja

a uma posição de crítica em relação ao Estado e ao ministro Francisco Campos (SCHWARTZMAN *et al.*, 1984, p. 47).

Gustavo Capanema, procedente do grupo de intelectuais mineiros da década de 1920,⁷ assumiu a pasta da Educação e Saúde Pública em 1934. A sua reforma, aprovada em 1942, estava em construção desde 1936 junto ao Conselho Nacional de Educação,⁸ consultando vários setores da sociedade brasileira (professores, estudantes, jornalistas, escritores, cientistas, sacerdotes e políticos). Desse processo resultou o Plano Nacional de Educação, concluído em maio de 1937 e sancionado em 1942 (SCHWARTZMAN *et al.*, 1984).

Enquanto a reforma de 1931 priorizava a participação ativa do estudante no processo de aprendizagem apresentando um conteúdo técnico mais voltado à formação de hábitos, a de 1942 se esmerava no espírito e na formação para as humanidades.⁹ O significado de educação técnica se distingue nas duas reformas: na de Campos, a expressão técnica tinha relação com o sentido do termo dado pela Escola Nova, denotando a capacidade e o hábito desenvolvido pelo estudante de conduzir a sua aprendizagem; na de Capanema a técnica tinha sentido de educar para o trabalho, era profissionalizante, definindo os ramos do setor como agrícola, industrial, doméstico (destinado prioritariamente às mulheres), Escola Normal, piscicultura etc.

7 “Elites tendem a gerar seus intelectuais, e Minas Gerais não seria exceção. São elites que têm recursos para mandar seus filhos às melhores escolas, dar-lhes familiaridade com diversas línguas, abrir-lhes o mundo dos livros e das ideias. [...] Basta listarmos alguns nomes das rodas intelectuais de então – Abgar Renault, Pedro Aleixo, Gustavo Capanema, Emílio Moura, Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, João Pinheiro Filho, João Alfonsus, Mário Casasanta, Afonso Arinos de Melo Franco, o próprio (Pedro) Nava – para perceber que também eles deixaram suas marcas na vida de seu estado e seu país” (SCHWARTZMAN *et al.*, 1984, p. 23).

8 Criado por Francisco Campos em 11 de abril de 1931, pelo decreto n. 19.850.

9 O ensino profissional vinha sendo organizado no Brasil desde 1909 como um setor de caridade, com o objetivo de integrar jovens dos seguimentos menos favorecidos da sociedade. A partir de 1934, ele se tornou preocupação de estado, sendo objeto de disputas entre o Ministério da Educação e Saúde Pública e o do Trabalho, Indústria e Comércio, que tinha atrás de si a Federação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias de São Paulo (SCHWARTZMAN *et al.*, 1984, p. 231-234).

Na Reforma Capanema, o Curso Secundário tinha por função “formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar a consciência patriótica e a consciência humanística” (SOUZA, 2008, p. 171)¹⁰, mantendo-se o único caminho de acesso à universidade. Fruto das aspirações de mobilidade social das camadas médias urbanas, essa reforma favorecia a expansão do setor privado no campo educacional, que era submetido a rígido sistema de fiscalização.

Em 1939, dos 629 estabelecimentos do país, 530 eram particulares. 196 deles estavam no estado de São Paulo, que também possuía 43 do total de 99 públicos (SCHWARTZMAN *et al.*, 1984, p. 190). O decreto 4.244 de 1942 previa dois novos padrões para o reconhecimento de escolas: as “Equiparadas” e as “Reconhecidas”. As **equiparadas** foram as mantidas pelos governos estaduais e pelo Distrito Federal, e as **reconhecidas** mantidas pelos governos municipais e/ou pela iniciativa privada. Ambas deveriam ter autorização do governo federal e se subordinar à sua fiscalização, por meio do Ministério da Educação e Saúde Pública.¹¹

Capanema na abertura da I Conferência Nacional de Educação (3/11/1941) lembrava aos delegados a finalidade última da educação: “As escolas brasileiras, públicas ou particulares, de qualquer grau ou ramo de ensino, terão como mira que seu primeiro e principal dever é preparar as gerações para defenderem e protegerem a unidade, a independência e a honra da pátria” (HORTA, 2000, p. 147). O uso dessas expressões foi sintomático quando a Segunda Guerra Mundial acontecia há mais de um ano. O país gozava de uma posição particular no cenário latino-americano: tanto a Alemanha quanto os EUA (ainda não formalmente dentro da luta)¹²

10 Ver também o decreto 4.244 de 9 de abril de 1942: art. 1º O Ensino Secundário tem as seguintes finalidades: 1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do Ensino Primário, a personalidade integral dos adolescentes. 2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística. 3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

11 Decreto 4.244 o Capítulo II, Dos Estabelecimentos de ensino secundário federais, equiparados reconhecidos. Artigos 71 a 74.

12 Os EUA já vinham fazendo gestões sobre a economia brasileira desde meados da década de 1930. De acordo com Antônio Pedro Tota, os capitalistas estadunidenses viam na América Latina,

buscavam garantir o Brasil e suas potencialidades econômicas dentro de suas respectivas áreas de influência. Capanema firmava, nessa conferência, posição contrária ao totalitarismo. Assegurava que se organizasse a educação para a pátria, descartando propostas que pretendiam militarizar a Juventude Brasileira segundo modelos europeus (HORTA, 2000, p. 162). Quando a sua proposta de reforma da educação foi aprovada, em abril de 1942, o país já havia oficializado sua aliança aos EUA e declarado guerra ao Eixo (PINHEIRO, 2013, p. 153).

Em 1937, Capanema havia apresentado sua concepção de educação na comemoração do centenário do Colégio Pedro II, expondo que seu ideário diferia da proposta defendida pelos pioneiros da Escola Nova. Concordava com a Escola Nova na preparação do homem para a ação e para a eficiência, apostando nessa educação, porém, acreditava que era necessário indicar ou endereçar a ação que se esperava desse homem em formação. Dizia acreditar em uma educação comprometida, que se colocasse decisivamente a serviço da nação e, mais ainda, da pátria. Nas palavras do ministro Capanema (1942), na "Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário":

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. Ele deve ser, [...] um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria, a compreensão dos problemas e necessidades, da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanham, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores da pátria, a sua independência, sua ordem e seu destino.¹³

e sobretudo no Brasil, possibilidades de substituição dos mercados perdidos no oriente desde que os japoneses iniciaram na região sua expansão imperial, aproveitando-se das fragilidades econômicas e políticas das antigas metrópoles europeias (TOTA, 2000).

13 Capanema (apud HORTA, 2010, p. 135-136).

A crítica de Capanema à Escola Nova fazia eco a outras manifestações. A sugestão de seu nome para ocupar a pasta da Educação e Saúde Pública foi um reflexo disso, pois ocupou esse posto com o apoio da Igreja Católica (DAVILA, 2006, p. 255; SCHWARTZMAN *et al.*, 1984). Em sua administração, no entanto, apoiada e sustentada por católicos e conservadores, manteve as políticas educacionais da Escola Nova (DAVILA, 2006, p. 245).

Para ingresso no Ensino Secundário, passou-se a exigir o exame de admissão que definia a quais estudantes caberia a Educação Secundária: os aprovados seguiriam no sentido de preparação das elites pretendidas por Capanema; os não aprovados iriam para o ensino industrial, agrícola ou comercial, para se prepararem para o trabalho. Essa solução amenizava razoavelmente o debate suscitado com a Igreja Católica: enquanto os aprovados se destinavam à formação humanista clássica, cuja responsabilidade seria se constituir na classe dirigente da nação, os demais eram destinados à formação de mão de obra especializada necessária ao desenvolvimento modernizador pretendido pela gestão varguista.

O Ensino Secundário foi dividido em dois ciclos: o "ginásio", comum a todos os estudantes, de formação geral e com quatro anos de duração; e o "colégio", de três anos, que compreendia dois cursos paralelos, o clássico e o científico. Gustavo Capanema assim os explica:

[...] no primeiro (o clássico), a formação intelectual dos alunos é marcada por um acentuado estudo das letras antigas, [...] no segundo (o científico), a maior acentuação cultural é proveniente do estudo das ciências. [...] a conclusão tanto de um como de outro dará direito ao ingresso em qualquer modalidade de curso do ensino superior (SOUZA, 2008, p. 181-182).

As influências escolanovistas nas reformas varguistas tiveram maior peso na reforma de 1931 do que na de 1942, quando os católicos deram um tom mais humanista para os processos de escolarização. O Ensino Secundário foi organizado de forma dicotômica e discriminadora, destinando a educação humanista e contemplativa para as elites, e a profissionalizante para as classes trabalhadoras. Apesar da discriminação, as duas reformas ampliaram o acesso à escola.

A escrita na escola

A escrita na escola era uma das responsabilidades atribuídas aos alunos com vistas à autonomia. Produzida em ambiente escolar, esse registro fazia parte de seu cotidiano e exigia cuidados como saber o que, para quem e como escrever. Na maioria das vezes, a escrita é uma demanda da escola e, por isso, o escritor precisa ser compreendido como pertencente ao grupo social escolar que forma uma de suas redes de sociabilidade e de influência (GALVÃO, 2007).

Analisa-se aqui a escrita escolar feita fora da sala de aula, utilizada como prática educativa dentro da cultura escolar que se apresentava em diferentes tipos de textos: reportagem, reivindicação, poema, conto, crônica ou outras formas cujos portadores foram os jornais estudantis.

Os jornais pesquisados para esse trabalho foram produzidos entre 1930 e 1945 e sua utilização como prática educativa se ajustava às propostas escolanovistas do período, cujo objetivo era possibilitar um ensino ativo, dando ao estudante maior grau de autonomia. Para Jorge do Ó, a imprensa acadêmica foi um dos "artefactos documentais endereçados ao aluno enquanto técnicas da sua inscrição individual", que "começava [...] (na década de 1930) por reconhecer que os alunos deveriam ter as suas publicações, posto que lhes serviam de 'entretenimento', constituindo além disso 'meios de educação activa, reveladores de vocações de várias ordens'" (Ó, 2003, p. 336).

Considera-se como "jornais estudantis", concordando com Simone Ribeiro Nolasco (2015, p. 92), aqueles em que a escrita dos estudantes é predominante. Os jornais analisados são procedentes do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, escola de Ensino Secundário, com predomínio, no conjunto, de textos literários.

A autoria estudantil é majoritária, sendo possível encontrar colaboradores externos ou algum mestre. Sua análise foi feita com a intenção de compreender essa escrita como parte do processo de formação escolar¹⁴ e, portanto, como prática educativa.

14 Maria Helena Câmara Bastos destacou o papel da imprensa estudantil, desde o final do século XIX, mas, principalmente no XX, como um dos instrumentos das práticas educativas adotados em processos de ensinos (BASTOS, 2013).

Para Maria Helena Câmara Bastos, o impresso foi meio importante para dinamizar a ação educativa e estimular a participação do aluno, desenvolvendo o aprendizado, o conhecimento de técnicas e a formação de hábitos como o espírito de iniciativa, direção, solidariedade, hábito de trabalho em grupo e amor à língua materna (BASTOS, 2013). Segundo Guerino Casasanta, o jornal escolar podia ser um instrumento de "incitamento ao crescimento mental da criança" (1939, p. 14). Segundo ele, o jornal na escola seria uma estratégia pedagógica de elevada eficiência porque, sendo produzido pelos alunos, seria útil para "preparar o indivíduo a viver numa democracia; tornar o indivíduo guia de si mesmo; ensinar o valor da cooperação; despertar o interesse do educando pela escola; despertar no educando os sentimentos de ordem e de legalidade, etc." (CASASSANTA, 1939, p. 39-40). Para Carlos Monarcha (2009), os teóricos do escolanovismo, sobretudo John Dewey, destacavam que o interesse seria o principal elemento capaz de tornar o processo educativo pleno, pois ele motivaria o estudante na busca do aprendizado e do governo de si.

Esses jornais, que tinham estudantes como autores, com maior ou menor interferência de diretores ou professores na sua confecção ou fiscalização, eram produzidos no "intramuros da escola"¹⁵, tornando-se, como defendeu Dominique Julia (2001), uma das práticas que permitia a transmissão de conhecimentos e comportamentos.

Os jornais escolares

Os jornais escolares utilizados como fonte desse trabalho fazem parte do acervo do Nudom.¹⁶ Alguns apresentam descontinuidade ou mesmo dificuldade na leitura dado que certos exemplares pertenciam a arquivos pessoais que, provavelmente, não obedeceram às técnicas de guarda de material impresso.

15 Expressão utilizada por Diana Gonçalves Vidal em referência ao poder criativo da escola na produção de uma cultura escolar (VIDAL, 2005b, p. 28).

16 Núcleo de Memória do Colégio Pedro II, CPII Centro, Rio de Janeiro.

Na tabela 1, constam as edições acessadas e disponíveis para a pesquisa nos arquivos identificados até o momento da última visita (maio de 2015). Não foram encontradas, na maior parte, informações que pudessem indicar com algum nível certeza datas de início e/ou de fim dessas publicações.

Tabela 1 – Identificação e especificação geral de fontes (jornais e revistas).

Jornal/Revista	n. edições	Data	Local
O Arauto	17	1931 (abril) – 1933 (agosto)	Colégio Pedro II (externato)
O Atalaia	03	1933 – (setembro a dezembro)	Colégio Pedro II (externato)
Ciências e Letras	04	1932 (abril) – 1938 (agosto)	Colégio Pedro II (externato)
O Noticiário	02	1933 – (junho e julho)	Colégio Pedro II (externato)
O Ateneu	02	1933 – (agosto e setembro)	Colégio Pedro II (externato)
Pronome	10	1932 (abril) – 1933 (novembro)	Colégio Pedro II (externato)
O Vetor	03	1934 – (junho a dezembro)	Colégio Pedro II (internato)
Muirakitan	05	1938 (setembro) – 1939 (novembro)	Colégio Pedro II (internato)
O Tangará	01	1942 (novembro)	Colégio Pedro II (externato)

Fonte: Costa (2016, p. 147).

As edições de *O Arauto* encontradas no Nudom formam uma série ininterrupta do número 1 ao 17.¹⁷ O jornal era publicado, em média, a cada duas semanas, com algumas alterações de frequência ao longo do tempo. Cada número possuía seis páginas, era comercializado e tinha por medida 36/28 cm.

17 Lícia Maciel Hauer, em tese de Doutorado, referiu-se à existência do número 19 de *O Arauto*, ao qual não tive acesso (HAUER, 2015).

No editorial do número 1, de 15 de abril de 1931, página 1, apresentava-se como ardoroso aliado dos alunos nas aspirações de interesse coletivo e na defesa de suas causas, tendo por seu objetivo e de todos os alunos do Colégio Pedro II: "mostrar praticamente como se aplicam os conhecimentos adquiridos no Colégio Pedro II, o estabelecimento que serve de modelo para todos do Ensino Secundário do nosso vasto território nacional".

O Arauto publicava textos de autoria dos alunos, poemas, contos e outros gêneros literários de temática variada e trazia sessões de comunicação entre os estudantes, como troca de correspondências, reclamações, observações, divulgação de concursos e palestras. Publicava também notícias a fim de manter seus leitores atualizados sobre as questões relacionadas ao colégio. Além da programação cultural, fazia a publicidade de estabelecimentos comerciais como casas de confecção e venda de uniformes, de material didático, lanchonetes etc. Havia seções dedicadas às brincadeiras entre os colegas, que podiam ser na forma de piadas, adivinhações, curiosidades, jogos envolvendo as diversas disciplinas e outros. Dentre essas brincadeiras, apareciam problemas ou raciocínios relativos a disciplinas como Química e Geografia, cujos resultados, dentro do espírito da brincadeira, normalmente se referiam a alguma característica de determinado aluno. A seção "Notas sociais" apresentava datas de nascimento e falecimento; "Antes das aulas", "Durante as aulas" e "Depois das aulas" criando pequenas histórias ou factoides sobre os estudantes. As piadas, embora se concentrassem em uma determinada coluna, podiam ser encontradas ao longo de todo o jornal, utilizadas para efeitos de diagramação, junto a propagandas, para dar perfeito acabamento a cada coluna e página. Os "Tópicos" se apresentavam como porta-voz dos alunos, publicando reivindicações ou sugestões.

Nos 17 números estudados, não foi encontrado nenhum texto de autoria de professores ou de autoridades do colégio. Os artigos assinados pela equipe do jornal ou por outros colegas colaboradores correspondiam a 97,5%, e o restante eram contribuições externas ao colégio.

Mantinha-se, provavelmente, pela venda de seus exemplares e pela publicação de propagandas de estabelecimentos comerciais. A pro-

moção de concursos era outra fonte de recursos. O concurso para eleger a "aluna mais prendada" e o "mais perfeito *sportman*" do colégio, sem dúvida, funcionou como suporte financeiro, pois o eleitor deveria possuir uma ficha específica para votar, impressa no jornal. Cada voto demandava uma ficha: para a aluna ou para o *sportman*. Se o eleitor quisesse votar nos dois concursos, precisaria ter duas fichas e, portanto, comprar dois exemplares.

Os jornais *Pronome* e *O Atalaia* (28/36 cm) apresentavam similaridades com *O Arauto*, desde a proposta e a organização interna até o seu funcionamento. *Pronome* teve mais edições que *O Arauto*, todavia, os exemplares disponíveis no Nudom não compunham, no momento da pesquisa, uma sequência completa. O primeiro exemplar era o número 16 e o último, 28. Nessa sequência, não constavam os números 17 e 26. O número 16 foi o primeiro depois de um ano de paralização das edições, entre 1931 e 1932. De *O Atalaia* constavam três exemplares, os números 2, 3 e 4 respectivamente de setembro, novembro e dezembro de 1932.

De *O Ateneu*, Revista Literária do Colégio Pedro II, externato (18 por 26 cm), foram localizados dois exemplares de 1933. Seu editorial o apresentava como surgido sob a memória do antigo Ateneu grego, templo de poesia e oratória em que se reuniam sob os sons de trombetas, poetas e retóricos, para patentear suas obras admiráveis e que, em um colégio tradicional, um grupo de jovens estudantes decidiu fundar um novo Ateneu oferecendo, em lugar das fortes colunas gregas, colunas literárias para aqueles que quisessem atuar no campo da Literatura. Afirmava: "Eis-nos, pois, dispostos a lutar sempre e sem desânimo, sem programa, porque não há programa nem limite nas possibilidades literárias".

O Vetor, com três exemplares de 1934, publicou também textos de alunos de outras escolas, sobretudo das alunas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. 89,6% de seus textos eram de autoria dos alunos, enquanto 10,4% de professores. As contribuições externas, principalmente do Instituto de Educação, foram somadas às dos alunos do Colégio Pedro II.

O Ciências e Letras apresentava-se como órgão do Grêmio Científico e Literário Pedro II. Quatro exemplares foram analisados, dois de 1932, um de 1937 e outro de 1938. Enquanto os dois primeiros tinham oito páginas cada um, os dois últimos tinham 34.

O *Muirakitan*, órgão do Grêmio Literário Mello e Souza do internato do Colégio Pedro II, pelas edições levantadas, foi editado no Estado Novo e cinco edições foram pesquisadas: setembro de 1938, 12 páginas; novembro de 1938, 12 páginas; maio de 1939, 12 páginas; agosto de 1939, 16 páginas e; novembro de 1939, 16 páginas. Era comercializado e media 36/25 cm. Possuía algumas seções fixas como: "A História e a Caricatura", que apresentava caricaturas de Forbell;¹⁸ "Morceux Choisis", com comentários e brincadeiras escolhidos pelos colaboradores;¹⁹ "Via aérea", seção de comunicação do jornal com os seus colaboradores; "Variedades", um conjunto de desafios e brincadeiras envolvendo várias disciplinas.

O nome "Muirakitan", conforme a edição de maio de 1939, página 2, tinha origem em um amuleto da Felicidade, "modelado com forma extravagante na substância esverdeada arrancada no leito dos rios", produzido pelos "humanos, embora selvagens", habitantes primitivos do Brasil. É possível que esse jornal tenha circulado por outras escolas, pois, nesse mesmo número de maio de 1939, há uma solicitação às escolas que o recebam que enviassem para o grêmio instrumentos congêneres, favorecendo o estreitamento de relações entre a mocidade brasileira. Em exemplar de agosto de 1939, a nota "publicações recebidas" dá conta de que o *Muirakitan* foi enviado a outras escolas secundárias do país e que algumas também enviaram suas publicações.

Do jornal *O Tangará*, de 1942, consta o exemplar número 4 no Nudom. O periódico se apresentou como órgão oficial do Grêmio Gonçalves Dias aos seus leitores em apenas um parágrafo publicado na página 3. Colocava-se como representante da mocidade estudiosa do Colégio Pedro II

18 Charles Henry Forbell foi um caricaturista estadunidense que publicava desenhos cômicos em jornais e revistas novaiorquinos, dentre elas, a Revista *Judge*, da qual os editores de *Muirakitan* retiravam caricaturas satíricas denominadas "*In Ancient Times*" e "*Ancient Sources of Modern Inventions*". Disponível em: https://www.lambiek.net/artists/f/forbell_c.htm. Acesso em: 3 mar. 2021.

19 Em seções como essa, produzidas em tons de brincadeiras, os autores costumavam usar pseudônimo para assinar seus textos, o que causa alguma dificuldade para identificação. O formato das brincadeiras, as personagens envolvidas, bem como a comparação com outros textos assinados por alunos deixa a impressão de que aqueles que usavam pseudônimo, eram também estudantes. Contudo, é possível também encontrar nessa sessão alguns versos procedentes de poetas clássicos.

e pedia àqueles que quisessem colaborar que enviassem seus textos, de preferência datilografados, em um lado do papel.

A tabela 2 expõe a caracterização dos jornais quanto à autoria de seus artigos: aluno, professor, outros (externos à escola).²⁰

Tabela 2 – Identificação/quantificação de autoria.

Jornal/Revista	n. edições	Autoria			Total
		Aluno	Professor	Outros	
O Arauto (1931-1933)	17	428 (97,5%)	0	11 (2,5%)	439
O Atalaia (set. – dez. 1933)	3	66 (81,5%)	5 (6,2%)	8 (9,9%)	81
Ciências e Letras (1932-1938)	4	107 (90,7%)	6 (5,1%)	5 (4,2%)	118
O Ateneu 1933	2	49 (81,7%)	6 (10%)	5 (8,3%)	60
Pronome (1932-1933)	10	165 (90,7%)	5 (2,8%)	12 (6,6%)	182
O Vetor (1934)	3	56 (72,8%)	8 (10,4%)	13 (16,8%)	77
Muirakitan (1938-1939)	5	109 (69,4%)	25 (15,9%)	23 (14,7%)	157
O Tangará (1942)	1	20 (62,5%)	8 (25%)	4 (12,5%)	32

Fonte: Costa (2016, p. 157).

Conclusão

Os jornais e revistas utilizados como fontes neste trabalho estavam sob a chancela da escola. Para serem editados e publicados, deveriam

²⁰ Para a produção dessa tabela, contabilizei todos os textos publicados nos periódicos, independentemente da sua categorização, literário, acadêmico ou de outra natureza, a fim de definir, em termos numéricos e de proporcionalidade a autoria.

passar por processos de seleção e correção, sobretudo considerando o período histórico abordado, os anos Vargas. A título de exemplo, o jornal *O Tangará*, do Grêmio Literário Gonçalves Dias, do Colégio Pedro II, de novembro de 1942, trazia estampado na sua ficha técnica a presença do censor, que, nesse número, era o professor Manuel Bandeira. Se não havia registro semelhante a este para os outros jornais, isso não significava a ausência de algum tipo de controle. O jornal *Muirakitan* (1938 e 1939) tinha o professor João Baptista de Mello e Souza como membro constante da comissão de redação.²¹ É importante anotar que os dois impressos citados foram publicados no período do Estado Novo. Se jornais como *O Arauto*, *Atalaia*, *Pronome*, *Ciências e Letras*, *Noticiário*, *Ateneu* e *O Vetor* não registravam a presença explícita de um orientador, na seleção de textos informavam a possível recusa de artigos por excesso ou porque não atendiam à orientação proposta pelo impresso. Seria essa recusa algum tipo de controle? Na impossibilidade de responder a essa questão de forma objetiva, no *O Arauto* número 1, na página 1, há um agradecimento ao diretor do Colégio Pedro II pela concessão do direito de se publicá-lo:

[...] não podemos nem devemos silenciar estas palavras ditas pelo Dr. Delgado de Carvalho aos directores d'O ARAUTO: SEM SAHIR DA ESPHERA DE CONSIDERAÇÃO E RESPEITO QUE TODOS DEVEM TER AOS SUPERIORES CONSINTO QUE CRITIQUE EM ACTOS E FACTOS VERIFICADOS DURANTE MINHA ADMINISTRAÇÃO E QUE POSSAM DAR MA IMPRESSÃO DESSA CASA (sic).

Tendo origem nos próprios grêmios, conforme os seus estatutos, tinham o apoio da escola para existir e é possível sustentar que tal também se aplicava aos jornais.

A escrita dos jornais escolares analisados foi majoritariamente autoral. Muitos textos foram assinados, alguns atribuídos à equipe organizadora do periódico e outros assinados com pseudônimo. Enquanto projeto

21 Vale destacar que os demais membros da comissão de redação eram alunos. No entanto, nos cinco exemplares analisados ao longo dos dois anos citados, a mobilidade dessa comissão foi muito pequena. Isso também ocorria com a autoria dos textos e das sessões do jornal. Se não se pode afirmar que havia um controle explícito sobre o jornal, pelo menos a indicação de pouca mobilidade, pode sugerir a garantia de uma escrita controlada.

para o desenvolvimento do autogoverno, previsto pelos reformadores da educação, é possível afirmar que a produção desse material testemunha os esforços empreendidos. No entanto, o ato de escrever e publicar sob os olhares da instituição implicava aprovação por parte da entidade. Assim, a tendência demonstrada nessa escrita estudantil foi de uma juventude muito afinada com a ordem social e institucional, bem integrada à cultura política dominante no período. Vale ressaltar que outras expressões e registros podem ter existido, mas não estiveram presentes nos jornais pesquisados.

Referências

ARAÚJO, Cristina. A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos 1920. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 19, p. 119-136, 2009.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Escritas estudantis em periódicos escolares. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 7-10, maio/ago. 2013.

CÂMARA, Sônia. **Reinventando a Escola**. O ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927-1930. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013.

CAMPOS, Francisco. Reforma do Ensino Secundário. In: **O Estado Nacional e outros ensaios**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

CASASANTA, Guerino. **Jornais Escolares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

COSTA, Eliezer Raimundo de Sousa Costa. **Os grêmios escolares e os jornais estudantis: práticas educativas (1930-1945)**. 2016. Tese (Doutorado em História da Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>. Acesso em: 9 mar. 2021.

DAVILA, Jerry. **Diploma de Brancura**. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* (orgs.). **História da Cultura Escrita: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. p. 9-46.

HAUER, Lícia Maciel. **A imprensa estudantil no Colégio Pedro II dos anos 1930: vozes dos estudantes secundaristas**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2015.

HORTA, José Silvério Baia. A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. *In*: GOMES, Ângela de Castro. **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 143-172.

HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco Editora Massangana, 2010.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Campinas: Autores Associados, 2012.

JULIA, Dominique. Cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, Escola Nova**. Ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

NOLASCO, Simone Ribeiro. **O Fazer-se cidadão**. O jornalismo estudantil nas décadas de 1920 e 1930 no Liceu Cuiabano em Mato Grosso. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

Ó, Jorge Ramos do. **O governo de si mesmo**. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa, PT: Educa Ciências Sociais, 2003.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. Bragança Paulista: Edusf, 2003a.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Uma nova era na escola mineira: a reforma Francisco Campos e Mario Casasanta (1927-1928). *In*: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Edições Loyola, 2003b.

PINHEIRO, Letícia. O Brasil no Mundo. *In*: SCHAWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação**: 1808-2010. São Paulo: Objetiva, 2013. v. 4, p. 143-177.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo sedutor**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas Escolares**. Campinas: Autores Associados, 2005b.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história**. Estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005a.

XAVIER, Libânia Nacif. O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira. *In*: XAVIER, Maria do Carmo (org.). **Manifesto dos pioneiros da educação**. Um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV; Belo Horizonte: Fumec, 2004. p. 21-38.

Fontes

Jornais e revistas do Colégio Pedro II

CIÊNCIAS E LETRAS, n. 2 e 3 de 1932; n. 8 de 1937; n. 9 de 1938.

MUIRAKITAN, setembro e novembro de 1938; maio, agosto e novembro de 1939.

ARAUTO, 1931-1933, n. 1 a 17.

O ATALAIA, 1933, n. 2, 3 e 4.

O ATENEU REVISTA LITERÁRIA DO COLÉGIO PEDRO II, 1933, ano 1, n. 2.

O NOTICIÁRIO, 1933, n. 2 e 5.

O TANGARÁ, 1942, n. 4.

O VETOR, 1934, n. 1, 2 e 3.

PRONOME, 1932-1933, n. 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27 e 28.